



## Relatório e Contas 2017



7	Relatório de Gestão – Contas Consolidadas
13	Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017
14	Demonstração Consolidada das alterações no capital próprio (2017-2016)
15	Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas
16	Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2017
19	Anexo ao Relatório
45	Certificação Legal das Contas Consolidadas
49	Certificações
55	Organigrama



## Relatório e Contas 2017



## INTRODUÇÃO

A atividade global da empresa aumentou 20% em relação ao ano anterior, suportada pela atividade no mercado externo. Os resultados tiveram uma redução significativa devido ao tardio início de trabalhos adjudicados há muito cuja efetivação conduziu a uma contribuição menor do que esperado no ano de 2017. Esta situação, que infelizmente é recorrente e característica dos mercados Africanos em que a empresa opera, penaliza as expectativas, muito porque o mercado interno continuou a não ajudar a atenuar este efeito. Tal situação deverá ter alteração significativa no próximo ano, uma vez que o mercado interno, já bastante dinâmico no segmento de edifícios, deverá começar a ter atividade na área das infraestruturas. Sendo este o principal segmento de mercado de atuação e tendo a empresa constituído parcerias que lhe permitem estar presente na área de construção de edifícios, será possível antecipar que o aumento de atividade em Portugal atenuará o efeito de imprevisibilidade associado ao mercado externo e que, nos próximos exercícios, se retomará o nível de resultados de anos anteriores.

A estratégia de desenvolvimento de negócios assenta essencialmente no mercado de construção de infraestruturas, sendo no mercado interno complementada pela atuação como empreiteiro geral na área da construção de edifícios industriais e serviços em parceria.

No mercado externo a atuação desenvolve-se nas três áreas de negócio nucleares e distintivas da empresa: Infraestruturas Marítimas e Hidráulicas, Transmissão de Energia e Geotecnia.

Geograficamente as atividades externas foram desenvolvidas em Moçambique, Angola e Guiné (Conakry), sendo que a atividade de angariação de trabalhos se dirige em termos regionais para os países do Golfo da Guiné e da SADC (África Austral).

A área de Transmissão de Energia e o mercado de Moçambique foram o mercado que mais contribuiu para o volume de negócios da empresa.

Na área das infraestruturas marítimas, foram executados trabalhos em Angola e na Guiné.

O mercado interno não teve ainda um aumento de atividade em relação ao ano anterior, estando para a empresa em níveis historicamente baixos, resultado do contínuo desinvestimento público, essencial para o mercado de infraestruturas. No entanto, no segundo semestre de 2017 assistiu-se a um aumento significativo de oportunidades que permitiu um acréscimo da carteira de encomendas no mercado interno. Na área de Geotecnia a atividade aumentou, em resultado do aumento das capacidades da empresa em outros tipos de soluções de fundações que motivaram a realização de investimentos em equipamentos específicos para esse fim.

Ainda que sendo expectável um crescimento menor que o registado em 2017 no mercado da construção em Portugal, a atividade comercial em curso e o conjunto de propostas em elaboração, a par da carteira de encomendas em execução, permite antecipar um aumento significativo, nos próximos anos, do peso do mercado interno no volume de negócios.

Durante o exercício 2017, a atividade da empresa desenvolveu-se 88% em África e 12% em Portugal.

O volume de negócios aumentou em relação ao ano anterior, tendo sido atingido o montante de € 35 882 059. O EBIT registou um valor de € 863 441, correspondente a 2,4% do volume de negócios.

O Resultado Líquido atingiu o montante de € 665 195, valor inferior ao do ano anterior.

No final do ano, a carteira de encomendas ascendia a € 37 425 213.

## ACTUAÇÃO NO MERCADO

A aposta na obtenção de um maior equilíbrio na distribuição da atividade e na redução da imprevisibilidade, resultante da dependência total dos mercados externos, conduziu ao estabelecimento de parcerias com empresas especialistas na área da construção de edifícios e com implementação regional, como forma de aproveitar o setor mais dinâmico da construção em Portugal. Esta linha de actuação deu os seus frutos com a obtenção de um contrato significativo no Algarve que terá forte impacto no volume de negócios em 2018. Em relação aos mercados externos, o foco de actuação da empresa continuou a ser na procura de novas oportunidades em conformidade com as suas especialidades, Infraestruturas Marítimas e Hidráulicas, Transmissão de Energia e Geotecnia.

A mesma continuará a ser desenvolvida tendo como alvo os mercados regionais do Golfo da Guiné e da SADC, comunidade de desenvolvimento da África Austral e, na área marítima do Médio Oriente, mais concretamente no Omã.

A empresa realizou em 2017 trabalhos em Portugal, Angola, Guiné e Moçambique.

Das obras de maior relevância em execução, que transitam para 2018 salientamos:

- Reinforcement and Extension of the National Power Transmission Grid  
Dono de obra: E.D.M. (Moçambique)
- EDAP Grid Extension, Lotes 4,5,7  
Dono de obra: E.D.M. (Moçambique)
- Linha Infulene/Matola 66kv  
Dono de obra: E.D.M. (Moçambique)
- Jetty Taresa Port  
Dono de obra: COBAD S.A. Compagnie de Bauxite et d'Alumine de Dian-Dian (Guiné Conakry)
- Quebra-mar e Cais Porto de Cabinda  
Dono de obra: IMPA Instituto Marítimo Portuário Angola (Angola)
- Reserva, Complexo Turístico  
Dono de obra: Quinta Reserva, Quinta do Lago (Portugal)

## SUCURSAIS, SUBSIDIÁRIAS E AGRUPAMENTOS

### SUCURSAIS

#### Seth ARGÉLIA

As operações neste mercado foram terminadas, pelo que a sucursal se mantém apenas ativa para cumprimento de obrigações legais.



### **Seth MOÇAMBIQUE**

A atividade em Moçambique está concentrada nos trabalhos de eletrificação, tendo a empresa em carteira encomendas para conclusão até ao final de 2020. As perspetivas de novas oportunidades para a manutenção de um nível de atividade semelhante, a longo prazo, são positivas. Existe no momento atividade comercial significativa em preparação de novas propostas para trabalhos financiados por agências de cooperação internacionais, que, pela sua natureza, não são afetados pelos problemas gerais de financiamento que o país sofre. A par desta área, as primeiras propostas, para o muito aguardado projeto de desenvolvimento de exploração de gás natural em Cabo Delgado, começaram a ser solicitadas no final de 2017, encontrando-se a empresa a estudar várias obras de estruturas marítimas a construir no âmbito do mesmo.

O ano de 2018 deverá registar um nível de atividade idêntico ao de 2017.

### **Seth GUINÉ**

A atividade de diversas empresas do setor mineiro tem criado diversas oportunidades de manutenção de operações neste país, concretamente em torno da zona costeira de Kamsar. Neste momento, está em construção um cais de barcas para expedição de bauxite para a empresa local COBAD, uma filial do grupo Rusal. Os trabalhos decorrerão até Abril de 2018, existindo, de momento, conversações para a realização de trabalhos para outras empresas a operar naquela área que poderão garantir a permanência no país para além desta data.

A Seth tem desenvolvido atividades de uma forma permanente na Guiné desde 2005.

### **Seth GIBRALTAR**

Durante o ano não se registou atividade, existindo conversações para a realização de trabalhos relacionados com obras marítimas ligados a projetos de desenvolvimento imobiliário no porto de Gibraltar.

### **Seth CABO VERDE**

A sucursal permanece ativa para cumprimento de obrigações legais.

Estão em estudo alguns projetos de obras relacionados com estações de dessalinização que podem conduzir ao reinício de atividade neste país.

## **SUBSIDIÁRIAS**

### **SETHANGOLA, S.A.**

Estão em curso os trabalhos de construção de um Cais e Quebra-mar em Cabinda para o IMPA, em consórcio com casa-mãe e a Mota-Engil Angola, como subcontratados da empresa chinesa CGGC. O montante global destes trabalhos deverá ascender a USD 43 Milhões a realizar em dois anos.

O momento atual da economia angolana, não sendo o mais favorável, tem como aspeto positivo a alteração da situação política que indicia se poder, a prazo, criar melhores condições de mercado para o desenvolvimento de atividades nomeadamente pela entrada de novos financiadores com práticas alinhadas com as regras de contratação do Banco Mundial. Esta situação poderá permitir um incremento da atividade da empresa.

### **SETHMOZ, S.A.**

A empresa não desenvolveu atividade durante o ano de 2017.

A sociedade é controlada em 60% pela Seth sendo o restante capital detido por entidades moçambicanas.

O resultado apurado esteve em linha com o antecipado e de acordo com a não existência de atividade.

Não se antecipa que o ano de 2018 tenha um desenvolvimento diferente.

### **MARINERTES, S.A**

Não existindo probabilidade aceitável de sucesso nas ações judiciais colocadas por forma a contestar os impedimentos para a realização das obrigações decorrentes das licenças que lhe foram concedidas e não existindo possibilidade para prossecução do objeto a que se destinava a empresa, foi decidido pelos acionistas proceder à sua liquidação que se concretizou em dezembro de 2017.

### **MAISTRÊS – UNIPESSOAL LDA**

A atividade da sociedade consiste na exploração de apartamentos residenciais por si detidos, cuja intenção é a venda. A Seth detém 100% do capital desta empresa.

## **AGRUPAMENTOS**

### **CONSTRUSALAMONDE, ACE**

Os trabalhos foram terminados em 2016, decorrendo o período de garantia.

A Seth tem uma participação de 7,5% no agrupamento.

### **CAIS DE CRUZEIROS, 2ª FASE ACE**

O ACE foi constituído para a execução da empreitada de reabilitação e reforço do cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, 2ª Fase. Os trabalhos foram concluídos em 2011, pelo que se solicitou a receção definitiva dos mesmos. A mesma foi concedida em relação aos cais existindo uma discussão pendente no que concerne à receção do aterro da doca.

A participação da Seth é de 37,5%.

### **AARSLEFF-SETH JV I/S**

Durante o ano de 2017, o consórcio (Joint-venture), com a construtora dinamarquesa Per Aarsleff a/s, continuou os trabalhos de execução do contrato Reinforcement and Extension of the National Power Transmission Grid (MixCredit) para o cliente Electricidade de Moçambique. A Joint-venture tem sede em Aabyhoej na Dinamarca e, em 2013, ano da sua constituição, foi criada sucursal em Moçambique. A participação de cada empresa na Joint-venture é de 50%.

Foram concluídas com sucesso negociações com o cliente para a confirmação da Opção 2 o que aumentará o volume de negócios da associação em mais de € 16,4 Milhões. A data de conclusão dos trabalhos está prevista para Julho de 2020.

### **CMM/SETH ACE**

O agrupamento tem como objetivo a realização de obras na base das Lajes, Açores destinadas à Marinha e Força Aérea dos Estados Unidos da América. A incerteza quanto ao modo de permanência das Forças Armadas dos EUA na base coloca também incertezas quanto à continuidade do agrupamento. Tal será avaliado durante o ano de 2018.

A participação da Seth no agrupamento é de 50%.



## QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA - QAS

No âmbito do acompanhamento da certificação do Sistema de Gestão Integrado de Qualidade Ambiente e Segurança (SGIQAS) pela Norma ISO 14001:2012 pela Norma NP 4397-2008 (OHSAS 18001:2007) e pela Norma ISO 9001:2008 realizaram-se as respetivas auditorias de acompanhamento nos dias 25, 26, e 27 de Outubro de 2017 pela entidade certificadora APCER - Associação Portuguesa de Certificação.

Relativamente ao Sistema Integrado de Gestão QAS, esta foi a segunda auditoria externa realizada aos três Sistemas de Gestão na sua forma integrada.

A auditoria aos Sistemas de Gestão focalizou-se na verificação da documentação geral dos sistemas, deslocação ao Estaleiro Central, Sede da SETH e Obra da Reserva Quinta do Lago. No relatório da auditoria foram registadas as conclusões pela entidade certificadora e não foram identificadas não conformidades, apenas oportunidades de melhoria do SGIQAS.

Todas as oportunidades de melhoria identificadas foram, como é habitual, incluídas no plano de ações do sistema. As conclusões da auditoria foram, mais uma vez, bastante positivas.

Como pontos fortes observados na auditoria destacam-se:

- Empenho e motivação da equipa de trabalho e das áreas envolvidas;
- Organização da documentação;
- Motivação dos colaboradores contactados e o seu envolvimento na melhoria dos Sistemas implementados;
- Disponibilidade e postura construtiva demonstrada por todos os colaboradores contactados no decurso da auditoria, com a disponibilidade para correções no decorrer da mesma;
- Organização da documentação da Obra auditada;
- Controlo financeiro das obras durante a sua execução e controlo de obras em fase de garantia;
- Boas práticas ambientais evidenciadas, designadamente na gestão de resíduos.

De forma a dar continuidade ao processo de melhoria dos Sistemas de Gestão, em 2017 foram iniciadas as ações de adaptação dos Sistemas de Ambiente e Qualidade às respetivas novas Normas que deverão estar concluídas no fim do primeiro trimestre de 2018 e que permitam ser objeto de certificação em Junho 2018, já neste novo referencial normativo.

Durante o ano reforçaram-se as ações de formação e os meios destinados à prevenção, essencialmente os respeitantes às proteções coletivas e aos equipamentos de trabalho de grande porte. A formação tem abrangido os trabalhadores da Seth e subempreiteiros, aumentando assim a cultura de segurança nas nossas obras.

### Índices de Sinistralidade de 2017

Os valores registados para os Índices de Sinistralidade de 2017 foram de 16,3 no Índice de Frequência (classe qualitativa Muito Bom) e 0,3 no Índice de Gravidade (classe qualitativa Muito Bom). No entanto, o Índice de Gravidade relativo a 2016 ainda não se encontra finalizado, uma vez que um dos sinistrados foi considerado grave e transitou com dias de baixa para 2017, dias que serão reportados sempre ao ano em que ocorreu o sinistro alterando o Índice de Gravidade.

## I&D

O maior esforço da empresa está concentrado no desenvolvimento de capacitação e competências internas para a implementação da metodologia BIM na execução das obras. Foi, para tal, constituído um grupo de implementação em 2017 e feitos investimentos significativos na obtenção de hardware e software adequado às exigências de trabalhar com esta metodologia. Foram intensificadas as ações de formação de técnicos habilitados ao uso destas ferramentas com o objetivo de se obter capacidade interna para executar o primeiro projeto durante o primeiro semestre de 2018. Durante o ano de 2017 e no âmbito dos projetos de execução das obras marítimas de Cabinda e Guiné, foram desenvolvidas internamente soluções para plataformas de execução de cravação de estacas sobre a água. No âmbito do desenvolvimento e alargamento da oferta de soluções de geotecnia, foram concebidas soluções alternativas para fundações indirectas baseadas na utilização de estacas pré-fabricadas de betão.

Foram ainda desenvolvidas internamente, a partir do contributo dos responsáveis das frentes de trabalho, plataformas de trabalho para a colocação de espaçadores em linhas de alta tensão que permitiram um acréscimo significativo de rendimento de execução.

A SETH mantém-se associada da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC) que tem como objeto promover a reflexão sobre o setor e a implementação de iniciativas e projetos de investigação, desenvolvimento e inovação que possam contribuir para a melhoria da competitividade e internacionalização da Construção Portuguesa.

A empresa é associada da FUNDEC-Associação para a Formação e o Desenvolvimento em Engenharia Civil e Arquitetura, numa parceria entre a universidade e as empresas com o objetivo de potenciar a capacidade de I&D da empresa e complementar a formação contínua dos seus colaboradores.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Política de Responsabilidade Social existente na Seth e implementada nas suas atividades rege-se por princípios morais e de ética profissional que salvaguardam o respeito, a integridade e a confiança. A Seth assume o cumprimento de compromissos legais, sociais e morais para com os trabalhadores, clientes e sociedade em geral.

A Seth assume-se como uma organização socialmente responsável, onde nas tomadas de decisão, valoriza e respeita a comunidade e o ambiente onde opera.

Na sua atividade tem demonstrado o respeito pelos direitos humanos, a preocupação pelas gerações futuras através da aposta no desenvolvimento sustentável, o investimento na valorização pessoal dos colaboradores, a proteção do ambiente, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da nossa sociedade.

### Respeito pelo Ambiente

A Política Ambiental da empresa assume que a proteção e conservação do ambiente é uma preocupação, não só pela necessidade de dar resposta às exigências da legislação aplicável mas também por contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Como respeito pela preservação do meio ambiente, a Seth tem implementado nas suas instalações várias medidas de ecoeficiência e deu início à substituição da sua fota automóvel por veículos híbridos. Estão em análise novas medidas de poupança energética a implementar na sede, no estaleiro central e nas obras. Este esforço tem sido, e continuará a ser particularmente significativo na escolha e compra de equipamentos de elevação e cravação mais eficientes do ponto de vista energético e com menor emissão de gases.

#### **Apoio à comunidade**

Ao longo dos anos a Seth tem participado, a diversos níveis, em projetos e com instituições de carácter social que desenvolvem ações humanitárias e de solidariedade a nível nacional e internacional. O conjunto dessas iniciativas de apoio à comunidade, não servem apenas o curto propósito de retorno de imagem ou financeiro, mas sim o objetivo primordial de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar dessas comunidades.

De entre as iniciativas em que participamos de uma forma continuada destacamos:

#### **APCA – Associação Portuguesa da Classe Access**

A Seth apoia a associação desportiva **APCA – Associação Portuguesa da Classe Access** (ONGPD – Organização Não Governamental das Pessoas com Deficiência), sem fins lucrativos, que tem por finalidade a promoção, representação e direção técnica do desporto de Vela Classe Access, como modalidade da prática do desporto de vela adaptada. A SETH patrocina o projeto “SETH Sail” que tem por objetivo a divulgação e promoção da prática do desporto de vela adaptada em todo o território nacional.

#### **Um Pequeno Gesto Uma Grande Ajuda**

A **Um Pequeno Gesto Uma Grande Ajuda** é uma ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento) sem fins lucrativos, legalmente reconhecida, que atua em Moçambique (Província de Gaza) desde 2004. A sua estrutura e intervenção têm vindo a crescer e hoje em dia apoia diretamente mais de 900 crianças através do Programa de Apadrinhamento, aprofundando-o com Projetos em áreas como Educação, Infraestruturas, Alívio à Pobreza e Sustentabilidade.

À data deste protocolo, a Seth e a UPG acordaram em dirigir os fundos gerados no âmbito da referida parceria para o cofinanciamento anual do Programa de Alimentação Escolar na escola da Santa Luísa de Marillac (SLM) em Manjangué, Chokwé, Moçambique.

#### **INDICADORES ECONÓMICOS – FINANCEIROS**

Em 2017, as depreciações dos ativos fixos tangíveis totalizaram € 939 557, tendo sido utilizado o método das quotas constantes. Os bens de valor de aquisição inferiores a € 1000 Euros foram totalmente depreciados em 2017.

O Capital Próprio da empresa era, no final do período, de € 9 268 928.

#### **APLICAÇÕES DE RESULTADOS**

O Conselho de Administração propõe que os resultados sejam aplicados em Resultados Transitados.

#### **ANTEVISÃO 2018 E EVENTOS APÓS O FIM DO EXERCÍCIO**

A confirmação da adjudicação, em Janeiro de 2018, ao consórcio Aarsleff-Seth JV dos trabalhos de execução para a Opção 2 do projeto Mixcredit em Moçambique, acresceu à carteira de obras um montante de € 8,2 Milhões respeitante a 50% daqueles trabalhos a executar até Julho de 2020. Esta decisão foi obtida a par da conclusão da negociação sobre vários litígios respeitantes à execução do contrato global que deverão conduzir à melhoria do resultado do mesmo para além do reportado.

Atendendo ao exposto e aos trabalhos em carteira prevê-se alcançar um volume de negócios de aproximadamente € 44 milhões e um EBIT de 5% em 2018.

Queijas, 12 de Fevereiro de 2018

#### **O Conselho de Administração**

Ricardo Pedrosa Gomes

Peter Kofoed

Steffen Kremmer

Sofia Mendes





# Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2017

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	6 386 802	5 729 080
Créditos a receber	10	4 562 578	3 651 069
		10 949 380	9 380 149
Activo corrente			
Inventários	9	314 089	313 246
Clientes	10	8 411 686	10 216 295
Estado e outros entes públicos	11	1 460 358	1 034 649
Outros créditos a receber	12	6 119 073	4 170 056
Diferimentos	13	182 117	50 769
Activos financeiros detidos para negociação	14	5 000	10 000
Caixa e depósitos bancários	4	3 139 456	1 716 340
		19 631 779	17 511 356
Total do activo		30 581 159	26 891 505
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	15	4 000 000	4 000 000
Reservas legais	16	801 069	801 069
Outras reservas	17	197 542	197 542
Resultados transitados	18	4 468 604	2 588 385
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	19	(863 481)	(961 556)
Resultado Líquido		665 194	3 076 088
Total Capital Próprio		9 268 928	9 701 528
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	20	1 537 500	1 539 528
Financiamentos obtidos	21	620 776	609 404
		2 158 276	2 148 932
Passivo corrente			
Fornecedores	23	6 885 744	6 176 651
Adiantamentos de clientes	24	3 780 874	3 543 881
Estado e outros entes públicos	11	398 601	508 604
Financiamentos obtidos	21	4 889 337	3 334 531
Outras contas a pagar	22	1 329 010	1 039 992
Diferimentos	13	1 870 389	437 386
		19 153 955	15 041 045
Total do passivo		21 312 231	17 189 977
Total do capital próprio e do passivo		30 581 159	26 891 505

O Conselho de Administração  
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)  
Peter Kofoed  
Steffen Kremmer  
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada  
Bárbara Themudo

# Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio (2017-2016)

Unidade Monetária: EURO

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do período	Total		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>	<b>1</b>	<b>2.4</b>	<b>4 000 000</b>	<b>801 069</b>	<b>197 542</b>	<b>25 986</b>	<b>(589 139)</b>	<b>3 766 959</b>	<b>8 202 418</b>	<b>8 202 418</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					14 439	(372 417)		(357 978)		(357 978)
	<b>2</b>		-	-	-	14 439	(372 417)	-	(357 978)	(357 978)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3</b>							<b>3 076 088</b>	<b>3 076 088</b>	<b>3 076 088</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>4=2+3</b>							<b>3 076 088</b>	<b>2 718 110</b>	<b>2 718 110</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
Subscrição de capital								-		-
Realizações de prémios de emissão								-		-
Distribuições					(1 219 000)			(1 219 000)		(1 219 000)
Entradas para cobertura de perdas								-		-
Outras operações					3 766 959	(3 766 959)		-		-
	<b>5</b>		-	-	-	2 547 959	-	(3 766 959)	(1 219 000)	(1 219 000)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>	<b>6=1+2+3+5</b>		<b>4 000 000</b>	<b>801 069</b>	<b>197 542</b>	<b>2 588 385</b>	<b>(961 556)</b>	<b>3 076 088</b>	<b>9 701 528</b>	<b>9 701 528</b>
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017</b>	<b>6</b>	<b>2.4</b>	<b>4 000 000</b>	<b>801 069</b>	<b>197 542</b>	<b>2 588 385</b>	<b>(961 556)</b>	<b>3 076 088</b>	<b>9 701 528</b>	<b>9 701 528</b>
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(445 868)	98 075		(347 794)		(347 794)
	<b>7</b>		-	-	-	(445 868)	98 075	-	(347 794)	(347 794)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8</b>							<b>665 194</b>	<b>665 194</b>	<b>665 194</b>
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	<b>9=7+8</b>							<b>665 194</b>	<b>317 400</b>	<b>317 400</b>
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>										
Subscrição de capital								-		-
Realizações de prémios de emissão								-		-
Distribuições					(750 000)			(750 000)		(750 000)
Entradas para cobertura de perdas								-		-
Outras operações					3 076 088	(3 076 088)		-		-
	<b>10</b>		-	-	-	2 326 088	-	(3 076 088)	(750 000)	(750 000)
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017</b>	<b>11=6+7+8+10</b>		<b>4 000 000</b>	<b>801 069</b>	<b>197 542</b>	<b>4 468 604</b>	<b>(863 481)</b>	<b>665 194</b>	<b>9 268 928</b>	<b>9 268 928</b>

O Conselho de Administração  
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)  
Peter Kofoed  
Steffen Kremmer  
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada  
Bárbara Themudo

# Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-12-2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	25	35 882 059	29 986 558
Subsídios à exploração	7	(3 391)	-
Trabalhos para a própria entidade	26	5 410	4 013
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27	(7 875 706)	(7 500 797)
Fornecimentos e serviços externos	28	(19 078 060)	(12 205 397)
Gastos com pessoal	29	(7 029 926)	(6 477 838)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	32 535	64 365
Provisões (aumentos/reduções)	20	2 028	85 587
Aumentos / reduções de justo valor	30	2 070 423	2 240 088
Outros gastos	31	(2 202 374)	(1 855 274)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1 802 998</b>	<b>4 341 305</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(939 557)	(768 332)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>863 441</b>	<b>3 572 973</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	32	5 849	1 934
Juros e gastos similares suportados	33	(81 623)	(114 615)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>787 667</b>	<b>3 460 293</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	(122 473)	(384 205)
<b>Resultado Líquido do período</b>		<b>665 194</b>	<b>3 076 088</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico		(0,17)	(0,77)

O Conselho de Administração  
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)  
Peter Kofoed  
Steffen Kremmer  
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada  
Bárbara Themudo



# DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA

(PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2017)

Unidade Monetária: EURO

Rubricas	Notas	Período 31 Dez 2017	Período 31 Dez 2016
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>	<b>4</b>		
Recebimentos de clientes		35 455 061	31 928 707
Pagamentos a fornecedores		(22 151 702)	(22 027 877)
Pagamentos ao pessoal		(6 840 211)	(6 500 983)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>6 463 148</b>	<b>3 399 846</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(382 198)	(457 239)
Outros recebimentos/pagamentos		(3 925 234)	(735 283)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<b>2 155 717</b>	<b>2 207 325</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		(1 584 375)	(886 873)
Investimentos Financeiros		(16 001)	(50 635)
<b>Recebimentos provenientes de::</b>			
Activos fixos tangíveis		128 643	56 775
Investimentos Financeiros		5 000	10 198
Juros e rendimentos similares		-	1 238
Dividendos		-	100 000
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<b>(1 466 732)</b>	<b>(769 298)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		3 913 477	1 878 157
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(2 347 299)	(4 192 467)
Juros e gastos similares		(82 047)	(114 615)
Dividendos		(750 000)	(1 000 000)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<b>(734 130)</b>	<b>(3 428 924)</b>
<b>Variation of cash &amp; cash equivalents (1+2+3)</b>		<b>(1 423 115)</b>	<b>(1 990 898)</b>
<b>Effect of currency translation differences</b>			
<b>Cash &amp; cash equivalents of the beginning of the period</b>		<b>1 716 340</b>	<b>3 707 238</b>
<b>Cash &amp; cash equivalents at the end of the period</b>		<b>3 139 456</b>	<b>1 716 340</b>

O Conselho de Administração  
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)  
Peter Kofoed  
Steffen Kremmer  
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada  
Bárbara Themudo

Anexo



## 1 Identificação da entidade

A Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (“SETH” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima com sede social na Av. Tomás Ribeiro, 145 em Queijas, tendo sido constituída em 17/03/1933 e tem por principal actividade Engenharia e Construção Civil.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração das alterações no capital próprio consolidada, a demonstração dos fluxos de caixa consolidada e o anexo consolidado, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 12 de Fevereiro de 2018.

A Empresa é detida maioritariamente pela MT Hojgaard a/s, com sede social na Dinamarca.

As Demonstrações Financeiras da empresa mãe podem ser consultadas no site [www.mth.com](http://www.mth.com).

Nos termos do artº 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

## 2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras consolidadas da SETH foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015, Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) – Aviso nº 8256/2015, Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015 e Estrutura Conceptual – Aviso nº 8254/2015.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2017 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2016.

Estas Demonstrações Financeiras são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As empresas incluídas na consolidação:

### Subsidiárias

**MAISTRÊS – Desenvolvimento Imobiliário Sociedade Unipessoal, LDA.**

Av. Tomás Ribeiro, 145 – QUEIJAS

Parte de capital detido pela SETH - 100%

**SethAngola, S.A.**

Av. Comandante Valódia, nº5 6º apt 61, Kinaxixi – Luanda – Angola

Parte de capital detido pela SETH – 60%

**SethMoz – Construção, Engenharia & Obras Públicas, S.A.**

Praça dos Trabalhadores, nº50, 5º andar

Maputo - Moçambique

Parte de capital detido pela SETH – 60%

### Empresas associadas

**Marinertes, S.A.**

Rotunda Engenheiro Edgar Cardoso, 23, 8.ªA, VILA NOVA DE GAIA

Parte de capital detido pela SETH - 29%

### Empreendimentos Conjuntos

**Cais de Cruzeiros – 2ª Fase, ACE**

Rua da Tapada da Quinta de Cima, Linhó, 2714-555 SINTRA

Parte de capital detido pela SETH - 37,5%

**GMP - GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS, A.C.E.**

Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 PORTO SALVO

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

**GMP MEK – GRUPO MARÍTIMO PORTUGUÊS MERS EL KEBIR, A.C.E.**

Lagoas Park, Edifício Um, 2740-265 PORTO SALVO

Parte de capital detido pela SETH - 33,33%

**Aarsleff – SETH JV I/S**

Lokesvej 15, DK8230 Aabyhøj - DINAMARCA

Parte de capital detido pela SETH - 50,00%

**CMM/SETH, ACE**

Rua do Hospital, s/n, Santa Rita, Praia da Vitória

Parte de capital detido pela SETH - 50,00%

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## 3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do

regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, na Nota 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro e na Nota 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas.

### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

#### a) Princípios de consolidação

##### *Datas de referência*

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Grupo, relativamente aos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

##### *Participações financeiras em subsidiárias*

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a SETH exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Empresa detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a SETH detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento no qual a SETH assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível à SETH na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos da SETH até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

##### *Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira*

As demonstrações financeiras das subsidiárias da SETH são preparadas na sua moeda funcional. As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda funcional da SETH. As demonstrações financeiras das empresas cuja moeda

funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os rendimentos e gastos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

##### *Saldos e transacções eliminados na consolidação*

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação da SETH nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

##### *Entidades conjuntamente controladas*

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

#### b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as NCRF a Empresa decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo, mensurado de acordo com a NCRF 7.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo. O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade. As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o ativo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8-50
Equipamento básico	3-16
Equipamento de transporte	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Equipamentos biológicos	-
Outros activos fixos tangíveis	5-12

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

#### c) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em

função da substância da transacção e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

#### Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

#### Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os custos directos iniciais do locatário são adicionados à quantia reconhecida como activo.

Os pagamentos mínimos da locação financeira são repartidos pelo encargo financeiro e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

#### d) Participações financeiras

##### Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa directa ou indirecta até ao momento em que a mesma termina, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo, caso em que foi usado o método do custo. As associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre a Empresa e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

O *goodwill* relacionado com uma associada é apresentado separadamente da quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse *goodwill* é realizada em 10 anos, caso não seja determinada a sua vida útil.



O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.

#### *Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro*

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método da equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, são relevadas por contrapartida de reservas.

O *goodwill* gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

#### *Entidades conjuntamente controladas*

As entidades conjuntamente controladas, são reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse e são entidades em que a Empresa tem controlo conjunto definido por acordo contratual.

#### **e) Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável do Grupo e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) do Grupo, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede do Grupo. O Grupo encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria colectável. A tributação é acrescida de Derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 22,5% (incluir a Derrama municipal relevante que pode ir até 1,5%).

Adicionalmente, o lucro tributável que exceda os € 1.500.000 são sujeitos a Derrama estadual às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre € 1.500.000 e € 7.500.000;
- 5% para lucros tributáveis entre € 7.500.000 e € 35.000.000;
- 7% para lucros tributáveis superiores a € 35.000.000.

#### *Imposto sobre o rendimento - diferidos*

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto financeiro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 é de 12 anos. Para os exercícios de 2012 e 2013 o prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis é de cinco anos de tributação.

Adicionalmente, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efectuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente do período de tributação em que tenham sido apurados.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, o Grupo procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que o Grupo:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições em que as empresas englobadas na consolidação desenvolvem a sua atividade, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.



f) **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

O Grupo reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

g) **Contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

h) **Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata na sua condição actual, sujeitos apenas aos termos que são habituais e costumeiros para a sua venda e cuja venda é altamente provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, os activos não correntes detidos para venda e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

i) **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

j) **Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

Quando um ganho ou uma perda num item não monetário é reconhecido directamente no capital próprio, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida directamente no capital próprio. Quando um ganho ou uma perda com um item não monetário é reconhecido nos resultados, qualquer diferença de câmbio incluída nesse ganho ou perda é reconhecida nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

		Taxas em Dezembro 2017		Taxas em Dezembro 2016	
Moeda		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar dos Estados Unidos	USD	1,1993	-	1,0541	-
Libra Esterlina	GBP	0,88723	-	0,84441	-
Kuanza	AKZ	185,4	-	184,475	184,475
Dinar Argelino	DZD	137,6197	-	-	-
Escudo de Cabo Verde	CVE	110,265	-	110,265	110,265
Franco Guineense	GNF	10859,66	-	9929,62	8876,943
Metical de Moçambique	MZN	70,57	-	74,54	69,823

k) **Provisões**

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

São reconhecidas provisões quando:

- O Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.
- Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

l) **Provisões para contratos onerosos**

O Grupo reconhece uma provisão para contratos onerosos sempre que os custos não evitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se espera sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

m) **Activos e passivos contingentes**

Um activo ou passivo contingente é um possível activo ou passivo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

O Grupo não reconhece activos e passivos contingentes. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

n) **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

o) **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito da empresa resulta essencialmente da prestação de serviços de construção que se enquadra na NCRF 19 – Contratos de construção e na venda de bens.

Nos termos da NCRF 19, quando o desfecho de um contrato de construção puder ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos do contrato associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como rédito e gastos respectivamente com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data do balanço. Uma perda esperada no contrato de construção deve ser reconhecida imediatamente como um gasto. O desfecho de um contrato de construção pode ser

fiavelmente estimado quando estiverem satisfeitas todas as condições seguintes:

- O rédito do contrato possa ser mensurado fiavelmente;
- Seja provável que os benefícios económicos associados ao contrato fluirão para a entidade;
- Tanto os custos do contrato para o acabar como a fase de acabamento do contrato na data do balanço possam ser fiavelmente mensurados; e
- Os custos de contrato atribuíveis ao contrato possam ser claramente identificados e fiavelmente mensurados de forma que os custos reais do contrato incorridos possam ser comparados com estimativas anteriores.

Quando o desfecho de um contrato de construção não possa ser estimado fiavelmente:

- O rédito somente deve ser reconhecido até ao ponto em que seja provável que os custos do contrato incorridos serão recuperáveis; e
- Os custos do contrato devem ser reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

A fase de acabamento do contrato é determinada com base na proporção dos custos incorridos no trabalho executado até à data do relato com os custos estimados totais do contrato. Os pagamentos progressivos e os adiantamentos recebidos dos clientes não reflectem trabalho executado pelo que não são considerados no reconhecimento do rédito.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

p) **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas antes de os financiamentos serem utilizados, e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados que diga respeito a diferenças cambiais associadas aos financiamentos e contratos de swap ou outros derivados inerentes a coberturas de risco associadas aos financiamentos contraídos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efectuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos e ganhos.

q) **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 12 de Fevereiro de 2018, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 36.

r) **Instrumentos financeiros**

O Grupo reconhece um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transacção dos activos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

O Grupo mensura os seus activos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O Grupo mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

s) **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

t) **Contabilidade de cobertura**

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação. Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Empresa. Uma relação de cobertura existe quando:

- À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;

Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

***Cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas***

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixar de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura e o instrumento coberto não for desreconhecido, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto utilizando o método da taxa de juro original efectiva.

***Efectividade***

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, tem de ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do instrumento coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer ineffectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

**3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital

próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Grupo, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### **Provisões**

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes factores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pelo Grupo da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar

a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2010), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções do Grupo, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

#### **Vida útil dos activos fixos tangíveis**

A vida útil corresponde ao período durante o qual a empresa espera que o activo esteja disponível para uso. As vidas úteis estimadas apresentadas na nota 3.2 foram determinadas considerando os seguintes factores:

- Uso esperado do activo;
- Desgaste normal esperado do activo considerando níveis de actividade e programa de reparação e manutenção;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de alterações ou melhoramentos na produção ou de uma alteração na procura de mercado para o serviço ou produto derivado do activo e,
- Limites legais ou semelhantes no uso do activo.

A vida útil do activo é, assim, uma questão de juízo de valor baseada na experiência da empresa. O Conselho de Administração considera que as vidas úteis consideradas são as que melhor reflectem a utilidade esperada do activo.

#### **Estimativa de custos totais de contrato**

O rédito dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecido com referência à fase de acabamento da actividade do contrato à data de balanço.

Na determinação da fase de acabamento do contrato são consideradas estimativas de custos totais de contrato. Estas estimativas de custos totais de contrato são apuradas com base no sistema de orçamentação do

Departamento de Produção que identifica e valoriza as actividades a executar ao longo do projecto e provocam alterações na aferição da fase de acabamento do contrato à data de balanço e consequentemente no montante do rédito do contrato a reconhecer.

O Conselho de Administração revê as estimativas dos custos totais de contrato em cada data de relato e considera que, com base no sistema de orçamentação e acompanhamento da execução de projectos e na sua experiência, estas reflectem de forma apropriada e provavelmente o desfecho dos contratos à data de balanço.

### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão do Grupo situações que sejam susceptíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade do Grupo. Em 31 de Dezembro de 2017, a carteira de obras totalizava cerca de Euros 37 milhões.

### 3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## 4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

**4.1** A 31 de Dezembro de 2017 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

**4.2** A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Caixa</b>		
Caixa Sede	1 308	859
Caixa Obras	24 539	5 861
Caixa Sucursais	12 468	10 382
Caixa ACEs / Subsidiárias	8 128	2 410
	<b>46 443</b>	<b>19 512</b>
<b>Depósitos à ordem</b>		
Bancos Sede	792 853	304 766
Bancos Sucursais	522 886	345 949
Bancos ACEs / subsidiárias	1 777 275	1 046 114
	<b>3 093 013</b>	<b>1 696 828</b>
<b>Outros depósitos bancários</b>		
Bancos Sede	-	-
	-	-
<b>Total:</b>	<b>3 139 456</b>	<b>1 716 340</b>



## 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não procedeu a alterações nas políticas contabilísticas ou nas estimativas contabilísticas nem registou correcções por erros.

## 6 Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	1.074.621	1.074.621
Edifícios e outras construções	3.404.797	3.404.797
Equipamento básico	13 024 771	11 904 861
Equipamento de transporte	2 678 373	2 612 863
Equipamento administrativo	1 662 167	1 636 410
Outros activos fixos tangíveis	58 752	57 255
Investimentos em curso	5 610	13 678
	21 909 091	20 704 486
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	(939 557)	(768 332)
Alienações do período	392 675	164 297
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(14 975 406)	(14 207 074)
	(15 522 288)	(14 975 406)
<b>Valor líquido contabilístico:</b>	<b>6 386 802</b>	<b>5 729 080</b>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2017 são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Transferências	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>						
Terrenos e recursos naturais	1 074 621	-		-		1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797	-		-		3 404 797
Equipamento básico	11 904 861	1 502 009		(382 099)		13 024 771
Equipamento de transporte	2 612 863	132 167		(66 658)		2 678 373
Equipamento administrativo	1 636 410	25 757		-		1 662 167
Outros activos fixos tangíveis	57 255	1 497		-		58 752
Investimentos em curso	13 678	-		-	(8 068)	5 610
	20 704 486	1 661 430	-	(448 757)	(8 068)	21 909 091
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>						
Edifícios e outras construções	(1 486 023)	(129 246)		-		(1 615 269)
Equipamento básico	(10 234 779)	(478 542)		345 530		(10 367 791)
Equipamento de transporte	(1 769 553)	(259 781)		47 145		(1 982 189)
Equipamento administrativo	(1 436 261)	(69 265)		-		(1 505 526)
Outros activos fixos tangíveis	(48 790)	(2 724)		-		(51 513)
	(14 975 406)	(939 557)	-	392 675	-	(15 522 288)
<b>Valor líquido contabilístico:</b>	<b>5 729 080</b>					<b>6 386 802</b>

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2016 são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Transferências	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	1 074 621	-		-			1 074 621
Edifícios e outras construções	3 404 797	-		-			3 404 797
Equipamento básico	11 495 972	441 326		(32 437)			11 904 861
Equipamento de transporte	2 343 073	414 788		(144 998)			2 612 863
Equipamento administrativo	1 649 156	15 653		(28 400)			1 636 410
Outros activos fixos tangíveis	57 255	-		-			57 254,98
Propriedades de Investimento		(3 228)		-			-
Investimentos em curso	-	13 678		-			13 678
	20 024 876	882 217		(205 835)	-	-	20 704 486
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>							
Edifícios e outras construções	(1 353 987)	(132 036)		-			(1 486 023)
Equipamento básico	(9 957 925)	(309 290)		32 437			(10 234 779)
Equipamento de transporte	(1 652 260)	(228 907)		111 614			(1 769 553)
Equipamento administrativo	(1 361 224)	(95 283)		20 246			(1 436 261)
Outros activos fixos tangíveis	(45 975)	(2 815)		-			(48 790)
	(14 371 371)	(768 332)		164 297	-	-	(14 975 406)
<b>Valor líquido contabilístico:</b>	5 653 505						5 729 080

As principais adições do período de 2017 referem-se à aquisição de máquinas e equipamento de transporte.

Do activo fixo tangível constante neste quadro, encontra-se mobilizado para a nossa obra em Angola diverso equipamento com o valor de Euro 2.148.938,48 e para a nossa obra na Guiné com o valor de Euro 538.595,47.

À data de 31 de Dezembro de 2017, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Rubrica	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor bruto	Depreciação / Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação / Imparidade	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	1 030 558	-	1 030 558	1 030 558	-	1 030 558
Edifícios e outras construções	2 718 549	(1 012 148)	1 706 401	2 718 549	(894 995)	1 823 554
Equipamento básico	1 341 859	(181 269)	1 160 590	318 596	(15 930)	302 667
Equipamento de transporte	29 815	(20 815)	-	29 815	(26 708)	3 107
<b>Total:</b>	<b>5 120 781</b>	<b>(1 223 232)</b>	<b>3 897 549</b>	<b>4 097 518</b>	<b>(937 633)</b>	<b>3 159 885</b>

O total dos pagamentos futuros mínimos apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas	Capital em dívida	Juros em dívida	Rendas vincendas
Menos de um ano	590 431	14 861	605 292	337 573	8 743	346 316
Entre um e cinco anos	620 776	7 900	628 676	584 403	8 123	592 526
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
<b>Total:</b>	<b>1 211 207</b>	<b>22 761</b>	<b>1 233 968</b>	<b>921 976</b>	<b>16 866</b>	<b>938 842</b>



## 7 Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Marinertes, SA	-	-	-	312 759	(312 759)	-
<b>Total:</b>	-	-	-	312 759	(312 759)	-

O Grupo aplica o método da equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras.

A empresa Marinertes não apresente qualquer valor, pois foi liquidada no final de 2017.

A informação financeira resumida referente às associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos apresenta-se como segue:

Nome da empresa	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
Marinertes, SA	29,00%	31-12-16	16 374	502 359	(485 985)	8	(30 490)

## 8 Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Imposto corrente	(103 411)	(384 205)
	<b>(103 411)</b>	<b>(384 205)</b>

O Grupo não reconheceu os seguintes impostos diferidos activos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017		31-12-2016	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais				
2013	859 350	294 686	1 403 268	294 686
2014	1 893 772	397 692	1 893 772	397 692
	<b>2 753 122</b>	<b>578 156</b>	<b>3 297 040</b>	<b>692 378</b>

A taxa efectiva de imposto apresenta-se como segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2017	2016
Resultados antes de impostos	678 077	3 460 293
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
Imposto esperado	152 567	778 566
Diferenças entre resultado contabilístico e fiscal		
Diferências temporárias		
Método de equivalência patrimonial	38 112	178 484
Imparidades do período não aceites	-	-
Provisões não dedutíveis	-	-
Lucro fiscal imputado por ACE	8 682	75 854
Imparidades tributadas	-	-
Provisões tributadas	(373 556)	(73 512)
Outras	(148)	(43 946)
Lucro tributável/ (Prejuízo fiscal)	502 761	3 316 983
Dedução de prejuízos fiscais de anos anteriores	(351 933)	(2 321 888,00)
Imposto calculado	31 674	208 970
Ajustamentos à colecta	58 781	(30 855)
Diferenças de taxa de imposto - Sucursais	-	(19 633)
Imposto sobre o rendimento do exercício - a pagar/ (a receber)	(145 213)	158 481
Imposto corrente - gasto/ (rendimento)	103 411	384 205
Imposto diferido do período - gasto/ (rendimento)	-	-
	<b>103 411</b>	<b>384 205</b>
Taxa efectiva de imposto	<b>15,3%</b>	<b>11,1%</b>

As diferenças permanentes referem-se a acréscimos e deduções à matéria colectável enquanto os ajustamentos à colecta respeitam a deduções à colecta, de acordo com as regras fiscais vigentes à data de balanço.

## 9 Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	(valores em euros)	
Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	314 089	313 246
<b>Valor líquido contabilístico:</b>	<b>314 089</b>	<b>313 246</b>

Durante o período foram reconhecidos como Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas um total de Euro 7.875.706 (2016: Euro 7.500.797), conforme nota 27.

## 10 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	9 180 749	11 090 922
Empresas subsidiárias	2 489	2 146
Empresas associadas	-	36 971
Empreendimentos conjuntos	1 538	85 343
	9 184 775	11 215 382
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	225 998	64 365
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(999 087)	(1 063 452)
	(773 089)	(999 087)
<b>Valor líquido contabilístico:</b>	<b>8 411 686</b>	<b>10 216 295</b>

Na rubrica de Créditos a receber, é apresentado a 31 de Dezembro de 2017 um saldo que ascende a Euro 4.562.578 (2016: Euro 3.651.069). Cerca de 96% do saldo deve-se ao contrato executado pela Joint venture Aarsleff-Seth.

Esta rubrica compreende retenções efectuadas pelos clientes a título de garantia contratual cujo prazo de libertação das garantias é entre 1 a 10 anos.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)				
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>				
Clientes gerais	(999 087)	(17 077)	243 075	(773 089)
<b>Total:</b>	<b>(999 087)</b>	<b>(17 077)</b>	<b>243 075</b>	<b>(773 089)</b>

A antiguidade dos saldos de clientes conta corrente apresenta-se como segue:

(valores em euros)									
Saldo	Menos de 1 mês	Entre 1 e 2 meses	Entre 2 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 e 18 meses	Entre 18 e 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Clientes	1 966 389	2 168 140	478 625	1 873 640	1 285 236	194 607	(7 148)	452 197	8 411 686

## 11 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Activo</b>		
IVA reembolsos pedidos	40 601	16 886
IVA a recuperar	143 306	27 150
Imposto sobre o rendimento	146 438	-
Outros impostos	10 190	6 060
IVA a recuperar (Sucursais)	955 417	739 314
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	92 703	78 023
IVA a recuperar (Outras sociedades)	3 668	21 429
Imposto sobre o rendimento (Outras sociedades)	68 035	145 787
<b>Total:</b>	<b>1 460 358</b>	<b>1 034 649</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	176 465
Contribuições para a Segurança Social	96 560	72 573
Retenções de imposto sobre o rendimento	65 283	52 387
Imposto sobre o rendimento (Sucursais)	212 468	203 320
Contribuições para a Segurança Social (Sucursais)	-	1 777
Outras tributações (Sucursais)	8 558	2 039
Contribuições para a Segurança Social (Outras soc)	1 003	6
Outras tributações (Outras sociedades)	14 728	37
<b>Total:</b>	<b>398 601</b>	<b>508 604</b>

## 12 Outros créditos a receber

A rubrica de outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Valor Bruto:</b>		
Adiantamento a Fornecedores	2 097 131	1 126 742
Outros devedores	566 285	(334 356)
Grau Acabamento	3 712 787	3 438 564
Outros acréscimos rendimentos	88 745	309 736
	6 464 948	4 540 687
<b>Imparidade acumulada</b>		
Imparidade do período	-	-
Imparidade de períodos anteriores	(345 875)	(370 631)
	(345 875)	(370 631)
<b>Valor líquido contabilístico:</b>	<b>6 119 073</b>	<b>4 170 056</b>

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção que foram realizados pela SETH à data de balanço, conforme respectivos autos de medição dos gastos incorridos e para as quais não foi emitida a respectiva factura.

<b>Obra</b>	<b>Grau Acabamento €</b>
EDAP Lot 4, EDM	371 197
EDAP Lot 5, EDM	765 051
EDAP Lot 7, EDM	1 035 625
Infulene - Matola 66 kV line	26 925
Quay and Breakwater Cabinda	1 310 383
22KV Chimoio, Beira, EDM	1 895
Micropiles, Museu Coches	27 520
Apartments, Quinta do Lago	98 162
33Kv line Nhamapaza, EDM	2 033
Fenders, APSS	2 156
Piling, SE Faro-Olhão	12 238
Micropiles, EDP	59 601
<b>Total:</b>	<b>3 712 787</b>

### 13 Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
<i>(valores em euros)</i>		
<b>Activo</b>		
<b><i>Gastos a reconhecer</i></b>		
Seguros liquidados	70 549	3 894
Outros gastos a reconhecer	111 568	46 875
<b>Total:</b>	<b>182 117</b>	<b>50 769</b>
<b>Passivo</b>		
<b><i>Rendimentos a reconhecer</i></b>		
Grau de Acabamento	1 531 333	75 443
Juros	339 056	339 502
Garantia de Obras	-	22 441
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
<b>Total:</b>	<b>1 870 389</b>	<b>437 386</b>

A rubrica grau de acabamento refere-se a montantes relacionados com a prestação de serviços de construção ainda não realizada à data de balanço mas já debitada ao cliente.

<b>Obra</b>	<b>Grau Acabamento €</b>
Jetty for export bauxite	251 096
Fenders, Docapesca	50 302
Cegelec optic fibre	122 205
Piling, Vila F Xira	39 230
Mozambique Power Grid	1 068 500
<b>Total:</b>	<b>1 531 333</b>

Os rendimentos a reconhecer com juros correspondem a juros de mora debitados a clientes cujo reconhecimento do rendimento depende do recebimento efectivo.

A rubrica garantia de obras respeita ao montante estimado pela SETH do rédito por reconhecer derivado dos gastos a incorrer pela prestação de trabalhos adicionais para fazer face a garantias contratuais das obras concluídas e em curso.

#### 14 Activos financeiros detidos para negociação

A rubrica de activos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Activos financeiros (acções)	5 000	10 000
<b>Total:</b>	<b>5 000</b>	<b>10 000</b>

O saldo da rubrica compreende as acções da LISGARANTE que se encontram registadas pelo seu valor de mercado na data do balanço.

#### 15 Capital subscrito

O capital social de 4.000.000 euros, representado por 4 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2017.

#### 16 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

#### 17 Outras reservas

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Outras Reservas	(197 542)	(197 542)
<b>Total:</b>	<b>(197 542)</b>	<b>(197 542)</b>

O saldo compreende quer a rubrica de Excedentes de valorização quer Ajustamentos cambiais havidos com as sucursais.

#### 18 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados inclui a aplicação do resultado líquido do período de 2016 no montante da Euro 3.076.088 deduzidos da distribuição de dividendos no montante de EUR 750.000.

#### 19 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)		
Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	-	(12 002)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(863 481)	(949 554)
<b>Total:</b>	<b>(863 481)</b>	<b>(961 556)</b>

Na rubrica diferenças de conversão de demonstrações financeiras, está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das sucursais, expressas em moeda estrangeira decorrente da alteração do câmbio respectivo.

## 20 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)			
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Saldo final
Contratos onerosos	-	-	-	-
Garantias a clientes	2 028	-	(2 028)	-
Impostos	270 000	-	-	270 000
Outros	1 267 500	-	-	1 267 500
<b>Total:</b>	<b>1 539 528</b>	-	<b>(2 028)</b>	<b>1 537 500</b>

Outras provisões refere-se à parcela de risco assumido pela Direcção de Projecto da Aarsleff-SETH JV.

À data de 31 de Dezembro de 2017 existem processos judiciais intentados contra a Empresa, que é convicção da Administração atendendo aos pressupostos e antecedentes das acções judiciais, às expectativas dadas pelos advogados que patrocinam a Empresa e às demais circunstâncias que envolvem os processos, que não resultarão em responsabilidades para a Empresa que justifiquem o registo de provisões para processos judiciais em curso.

Os processos existentes são referentes a reclamações e impugnações respeitantes a liquidações de IRC dos anos de 1997, 1998, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

A 31 de Dezembro de 2017 a Empresa havia prestado as seguintes garantias bancárias:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Garantias bancárias prestadas a terceiros</b>		
- Bom cumprimento (contratos construção)	10 867 215	13 847 128
- Propostas a Concursos	306 695	47 433
- Serviços adquiridos	62 422	62 422
- Judicial	1 853 660	1 853 660
<b>Total:</b>	<b>13 089 992</b>	<b>15 810 643</b>

As garantias bancárias no montante de Euro 1.853.660 são referentes aos processos judiciais descritos acima.

A empresa não prevê a ocorrência de factos que obriguem a um exfluxo económico.

## 21 Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Não corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	-	25 000
Locações financeiras	620 776	584 403
	620 776	881 806
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1 731 783	560 106
Factoring	-	1 450 000
Outras facilidades de crédito	498 485	-
Descobertos bancários	2 068 637	986 853
Locações financeiras	4 889 337	3 334 531
<b>Total:</b>	<b>5 510 113</b>	<b>3 943 935</b>

Os financiamentos não correntes respeitam a empréstimos e locações financeiras junto da CGD, Santander Totta e Novo Banco com maturidades até 2020.



A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	4 298 906	2 996 959
De 1 a 5 anos	-	25 000
A mais de 5 anos	-	-
	4 298 906	3 021 959
<b>Instituições de crédito e sociedades financeiras</b>		
Locações financeiras		
Até 1 ano	590 431	337 573
De 1 a 5 anos	620 776	584 403
A mais de 5 anos	-	-
	1 211 207	921 976
<b>Total:</b>	<b>5 510 113</b>	<b>3 943 935</b>

À data de 31 de Dezembro de 2017 os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2018	2019	2020	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos / Descobertos bancários / Factoring	-	-	-	-
Locações financeiras	605 292	456 992	171 684	1 233 968
<b>Total:</b>	<b>605 292</b>	<b>456 992</b>	<b>171 684</b>	<b>1 233 968</b>

## 22 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Corrente</b>		
Remunerações a liquidar	640 209	611 942
Credores por acréscimo gastos	340 316	124 093
Outros credores	348 485	303 957
<b>Total:</b>	<b>1 329 010</b>	<b>1 039 992</b>

## 23 Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
<b>Fornecedores c/c</b>		
Gerais	6 883 995	6 166 861
Empresa-mãe	-	7 800
Empresas subsidiárias	1 749	1 990
Empresas associadas	-	1 544
<b>Total:</b>	<b>6 885 744</b>	<b>6 176 651</b>

## 24 Adiantamento de clientes

A rubrica de adiantamento de clientes é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
Clientes Gerais	3 780 874	3 543 881
<b>Total:</b>	<b>3 780 874</b>	<b>3 543 881</b>

Do saldo apresentado 39% respeita a adiantamentos efectuados pelo cliente Electricidade de Moçambique, 55% refere-se ao cliente Quinta Reserva e apenas 6% diz respeito à obra executada pela Aarsleff-SETH JV.

## 25 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
<b>Serviços prestados</b>		
Trabalhos de empreitadas	35 386 963	29 732 568
Serviços secundários	495 096	253 990
<b>Total:</b>	<b>35 882 059</b>	<b>29 986 558</b>

As principais obras, para o período de 2016, são como segue:

Job	(valores em euros)	
	2017	2016
Salamonde ACE, EDP		471 292
EDAP	4 984 823	10 166 828
Mozgrid Distribution		1 261 274
GAC Equipment		6 493
Kamsar Container Terminal III		3 648 669
220 kV Mocuba		563 413
Cais de pesca, Montijo		(45 389)
Armazém SAPEC, Setúbal		1 649 809
Pontões APSS, Setúbal		404 275
Defensas terminal LNG, Sines		349 007
Infulene-Matola 66 kV line	4 415 417	1 946 694
Stilling Chamber North Mole, Gib		253 500
Degraus, EDP		485 184
Estacas prefabricadas ETAR de Faro	615 775	
Defensas PSA, Sines	381 439	
33 kV Vunduzi, Sofala	1 253 604	
Cais, Cabinda	4 606 444	
Defensas Cimangola	307 875	
Dragagem, Angeiras	285 270	
Jetty Rusal, Kamsar	4 403 129	
Reserva, Quinta do Lago	1 255 485	
Mozambique Power Grid	11 490 154	
Outras	1 882 644	773 836
<b>Total:</b>	<b>35 882 059</b>	<b>21 934 884</b>

## 26 Trabalhos para a própria entidade

A rubrica de trabalhos para a própria entidade é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Activos fixos tangíveis	5 410	4 013
<b>Total:</b>	<b>5 410</b>	<b>4 013</b>

## 27 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Saldo inicial (+)	313 246	319 416
Compras (+)	7 876 549	7 494 627
Regularizações (+/-)	-	-
Saldo final (-)	314 089	313 246
<b>CMVMC</b>	<b>(7 875 706)</b>	<b>(7 500 797)</b>

## 28 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
<b>Subcontratos</b>	11 323 220	7 242 530
	<b>11 323 220</b>	<b>7 242 530</b>
<b>Serviços especializados:</b>		
Trabalhos especializados	1 600 382	1 158 258
Conservação e reparação	677 163	417 466
Honorários	62 676	108 741
Vigilância e segurança	169 069	120 512
Publicidade e propaganda	17 141	5 148
	<b>2 526 431</b>	<b>1 810 124</b>
<b>Materiais:</b>		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	446 044	120 163
Material de escritório	50 305	21 712
Artigos para oferta	-	3 147
Livros e documentação técnica	1 095	6 706
Outros	34 106	8 251
	<b>531 551</b>	<b>159 979</b>
<b>Energia e fluidos:</b>		
Combustíveis	440 462	410 379
Electricidade	42 893	42 657
Água	13 796	17 404
Outros	43 253	18 845
	<b>540 405</b>	<b>489 285</b>
<b>Deslocações, estadas e transportes:</b>		
Transportes de mercadorias	1 613 905	140 270
Deslocações e estadas	444 882	320 215
Transportes de pessoal	3 064	5 122
	<b>2 061 851</b>	<b>465 608</b>
<b>Serviços diversos:</b>		
Rendas e alugueres	1 013 381	1 091 496
Seguros	260 880	265 960
Comunicação	89 850	82 328
Limpeza, higiene e conforto	82 012	82 511
Despesas de representação	17 887	18 122
Contencioso e notariado	6 670	4 195
Outros serviços	623 923	493 259
	<b>2 094 602</b>	<b>2 037 871</b>
<b>Total:</b>	<b>19 078 060</b>	<b>12 205 397</b>

Verificou-se um aumento significativo na rubrica Ferramentas e utensílios de desgaste rápido e Transporte de mercadorias relacionado com o início e mobilização de materiais e equipamentos para as obras na Guiné e em Cabinda.

## 29 Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	314 441	260 163
Remunerações do pessoal	5 775 994	5 295 449
Encargos sobre remunerações	795 921	730 543
Indemnizações	4 466	30 252
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	71 458	61 753
Gastos de acção social	112	-
Outros gastos com o pessoal	67 533	99 678
<b>Total:</b>	<b>7 029 926</b>	<b>6 477 838</b>

O aumento verificado com os gastos com o pessoal face ao ano anterior deveu-se às obras na Guiné e Angola.

O detalhe dos trabalhadores em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Órgãos sociais	2	2
Directores/Chefias superiores	7	5
Quadros superiores	17	16
Quadros médios	16	13
Chefias intermédias	15	13
Profissionais altamente qualificados	8	5
Profissionais qualificados	50	39
Profissionais semi-qualificados	4	4
Profissionais não qualificados	1	1
<b>Total:</b>	<b>120</b>	<b>98</b>

## 30 Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2017	2016
Rendimentos suplementares	912 060	1 090 269
Restantes activos financeiros	682 924	710 922
Investimentos não financeiros	135 273	32 689
Descontos de pronto pagamento obtidos	14 351	4 943
Outros	325 814	401 266
<b>Total:</b>	<b>2 070 423</b>	<b>2 240 088</b>

A 31 de Dezembro de 2017, as cedências de mão-de-obra e aluguer de equipamentos representam quase a totalidade da rubrica rendimentos suplementares.

A rubrica de Restantes Activos Financeiros reflecte as diferenças cambiais registadas durante o período.

### 31 Outros gastos

A rubrica de outros gastos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Comissões e serviços bancários	585 359	710 261
Impostos	384 311	256 257
Investimentos não financeiros	36 569	9 770
Dívidas incobráveis	77 784	-
Diferenças cambiais	948 696	843 732
Outros	169 655	35 254
<b>Total:</b>	<b>2 202 374</b>	<b>1 855 274</b>

### 32 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Juros obtidos	5 849	1 934
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total:</b>	<b>5 849</b>	<b>1 934</b>

### 33 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2017	2016
Juros suportados	81 623	114 615
<b>Total:</b>	<b>81 623</b>	<b>114 615</b>

Os juros suportados estão relacionados com os financiamentos obtidos mencionados na nota 21.

### 34 Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2017 a estrutura accionista da Empresa, é como segue:

(número de acções)

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
MT Hojgaard a/s	2 400 000	2 400 000
Approachdetail – SGPS, SA	1 600 000	1 600 000
<b>Total:</b>	<b>4 000 000</b>	<b>4 000 000</b>

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31-12-2017	31-12-2016
<b>Activos</b>		
Subsidiárias	364 395	437 230
Associadas	-	36 971
Empreendimentos conjuntos	22 948	1 031 496
Eng. Ricardo Gomes	8 337	401
<b>Total:</b>	<b>395 679</b>	<b>1 506 099</b>
<b>Passivos</b>		
Subsidiárias	1 749	1 990
Associadas	-	3 567
Empreendimentos conjuntos	-	-
MT Højgaard a/s	-	-
<b>Total:</b>	<b>1 749</b>	<b>5 557</b>

### 35 Contratos de Construção

O método utilizado para a contabilização dos contratos de construção é o método do grau de acabamento. Os réditos e os custos do contrato são reconhecidos de acordo com a NCRF 19.

Descrição	(valores em euros)		
	Reconhecidos anos anteriores	Reconhecidos no período	Diferidos/ Não Reconhecidos
Gastos	35 228 047	30 708 159	-
Rendimentos/Rédito	39 277 904	36 452 989	(3 249 954)
			<b>65 936 206</b>
			<b>72 480 939</b>

### 36 Acontecimentos após a data de balanço

Não ocorreram quaisquer acontecimentos relevantes com impacto nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2017.

O Conselho de Administração  
Ricardo Pedrosa Gomes (Presidente)  
Peter Kofoed  
Steffen Kremmer  
Sofia Mendes

A Contabilista Certificada  
Bárbara Themudo

## Certificação Legal das Contas Consolidadas





## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de SETH - Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 25.076.590 euros e um total de capital próprio de 9.268.928 euros, incluindo um resultado líquido de 665.194 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada de SETH – Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, SA. em 31 de Dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotados em Portugal através do sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo

com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- Elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o Relatório de Gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorrecções materiais.

Lisboa, 1 de Março de 2018

**Ernst & Young Audit & Associados – SROC, SA**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:  
Luís Miguel Gonçalves Rosado (ROC n.º 1607)  
Registado na CMVM com o nº 20161217

## Certificações





**Certificado**  
*Certificate*

NÚMERO 2012/CEP.4165  
*Number*

O Sistema de Gestão da Qualidade de  
*The Quality Management System of*

**SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.**

**Sede**  
*Head Office*  
Avenida Tomás Ribeiro, 145  
2790-467 QUELIAS  
PORTUGAL

**Estaleiro Central de Palmela**  
*Palmela Central Yard*  
Rua da Ponte 2 - Orvidais  
2950-422 SETÚBAL  
PORTUGAL

Implementado em obras de construção civil, engenharia portuária e costeira, cravação de estacas, trabalhos de hidráulica fluvial e marítima, estações de tratamento de águas e de águas residuais em Portugal e ilhas, cumpre os requisitos da norma  
*implemented in the civil works, port and coastal engineering, pile driving, hydraulic works and river sea, water treatment plants and wastewater in Portugal and islands, meets the requirements of the standard*

**NP EN ISO 9001:2008**



*Signature*  
José Leitão  
CEO

Emitido em 2016-01-25  
*Date of issue*  
Válido até 2018-09-15  
*Valid until*

APCER - Associação Portuguesa de Certificação  
Edifício de Serviços da Expohor, 21 Andar, Av. Dr. António Macedo  
8450-611 Louça de Palmela  
[www.apcerp.org](http://www.apcerp.org)



**CERTIFICATE**

**IQNet and**

**APCER**

hereby certify that the organization

**SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS  
HIDRÁULICOS, S.A.**

**Head Office**  
Avenida Tomás Ribeiro, 145  
2790-467 QUELIAS - PORTUGAL

**Palmela Central Yard**  
Rua da Ponte 2 - Orvidais  
2950-422 SETÚBAL - PORTUGAL

for the following field of activities

civil works, port and coastal engineering, pile driving, hydraulic works and river sea, water treatment plants and wastewater in Portugal and Islands

has implemented and maintains a

**Quality Management System**

Which fulfils the requirements of the following standard

**ISO 9001:2008**

Issued on: 2016-01-25  
Validity date: 2018-09-15

Registration Number: PT- 2012/CEP.4165



*Signature*  
Michael Drechsel  
President of IQNet

*Signature*  
José Leitão  
APCER CEO



Any additional clarification concerning the scope of this certificate may be obtained by consulting APCER

**IQNet Partners\*:**

AKNOR Spain, AFNOR Certification France, AIB-Vincotte International Belgium, ANCE-SIGE Mexico, APCER Portugal, CCC Cyprus, CISO Italy, CQC China, CQM China, CQS Czech Republic, Cro Cert Croatia, DQS Holding GmbH Germany, PCAV Brazil, PONDONORMA Venezuela, ICONTEC Colombia, IMNC Mexico, Inspecta Certification Finland, IRAM Argentina, JQA Japan, KIPQ Korea, MIRTEC Greece, MSZT Hungary, Nemko AS Norway, NSAI Ireland, PCBC Poland, Quality Austria Austria, RR Russia, SII Israel, SIQ Slovenia, SIRIM QAS International Malaysia, SQS Switzerland, SRAC Romania, TEST St Petersburg Russia, TSE Turkey, YUQS Serbia  
IQNet is represented in the USA by: AFNOR Certification, CISO, DQS Holding GmbH and NSAI Inc.

\* The list of IQNet partners is valid at the time of issue of this certificate. Updated information is available under [www.iqnet-certification.com](http://www.iqnet-certification.com)



**Certificado**  
*Certificate*

NÚMERO 2009/AMB.0420  
Number

**O Sistema de Gestão Ambiental da**  
*The Environmental Management System of*

**SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.**

**Sede**  
*Head Office*  
Avenida Tomás Ribeiro, 145  
2790-467 QUEIJAS  
PORTUGAL

**Estaleiro Central de Palmela**  
*Palmela Central Yard*  
Rua da Ponte, 2, Orvidais – Palmela  
2950-422 SETÚBAL  
PORTUGAL

implementado na coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas em Portugal e ilhas, cumpre os requisitos da norma  
*implemented in the coordination and execution of civil construction and public works, particularly for coastal protection works, port, water, pipelines, concrete and metal structures and pile-driving in Portugal and islands, meets the requirements of the standard*

**NP EN ISO 14001:2012**



José Leitão  
CEO

Emitido em 2015-09-01  
*Date of issue*  
Válido até 2018-08-31  
*Valid until*

APCER – Associação Portuguesa de Certificação  
Edifício de Serviços da Esporão, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo  
4150-617 Luça da Palmela  
www.apcergroup.com



**CERTIFICATE**

**IQNet and**

**APCER**

hereby certify that the organization

**SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.**

**Head Office**  
Avenida Tomás Ribeiro, 145  
2790-467 QUEIJAS  
PORTUGAL

**Palmela Central Yard**  
Rua da Ponte, 2, Orvidais – Palmela  
2950-422 SETÚBAL  
PORTUGAL

for the following field of activities

Coordination and execution of civil construction and public works, particularly for coastal protection works, port, water, pipelines, concrete and metal structures and pile-driving in Portugal and Islands

has implemented and maintains a

**Environmental Management System**

Which fulfils the requirements of the following standard

**ISO 14001:2004**

Issued on: 2015-09-01

Validity date: 2018-08-31

Registration Number: PT- 2009/AMB.0420



Michael Drechsel  
President of IQNet

José Leitão  
APCER CEO



*Any additional clarification concerning the scope of this certificate may be obtained by consulting APCER*

**IQNet Partners\*:**

AFNOR Spain AFNOR Certification France AIB-Vinçotte International Belgium ANCE-SIGE-Morden APCER Portugal CCC Cyprus  
CTIQ Italy CQC China CQM China CQS Czech Republic Cvi Certi Cviadin DQS Holding GmbH Germany  
PCAV Brazil FONDORFORMA Venezuela ICONTEC Colombia IMNC Mexico Inspecta Certification Finland IRAM Argentina  
JQA Japan KPC Korea MIRTEC Greece MSZT Hungary Nemko AS Norway NSAI Ireland PCBC Poland  
Quality Austria Austria RQ Russia SII Israel SIQ Slovenia SIRIM QAS International Malaysia  
SGS Switzerland SRAC Romania TEST St Petersburg Russia TSE Turkey YIQS Serbia  
IQNet is represented in the USA by: AFNOR Certification, CQS, DQS Holding GmbH and NSAI Inc.

\* The list of IQNet partners is valid at the time of issue of this certificate. Updated information is available under [www.iqnet-certification.com](http://www.iqnet-certification.com)





Certificado  
Certificate

NÚMERO 2008/SST.0177  
Number

O Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho da  
The Occupational Health and Safety Management System of

**SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.**

**Sede**  
Head Office  
Avenida Tomás Ribeiro, 145  
2790-467 QUEIJAS  
PORTUGAL

**Estaleiro Central de Palmela**  
Palmela Central Yard  
Rua da Ponte, 2, Orvidais – Palmela  
2950-422 SETÚBAL  
PORTUGAL

implementado na coordenação e execução de obras de construção civil e públicas, designadamente para obras de proteção costeira, portuárias, hidráulicas, gasodutos, estruturas de betão e metálicas e cravação de estacas em Portugal e ilhas, cumpre os requisitos da norma  
implemented in the coordination and execution of civil construction and public works, particularly for coastal protection works, port, water, pipelines, concrete and metal structures and pile-driving in Portugal and islands, meets the requirements of the standard

OHSAS 18001:2007 / NP 4397:2008



José Leitão  
CEO

Emitido em 2015-09-11  
Date of issue  
Válido até 2018-09-10  
Valid until

APCER – Associação Portuguesa de Certificação  
Edifício do Sempino do Espinho, 2º Andar, Av. Dr. António Macedo  
4450-617 Lagoa da Palmela  
www.apcergroup.com



THE INTERNATIONAL CERTIFICATION NETWORK

**CERTIFICATE**

IQNet and

APCER

hereby certify that the organization

**SETH – SOCIEDADE DE EMPREITADAS E TRABALHOS HIDRÁULICOS, S.A.**

**Head Office**  
Avenida Tomás Ribeiro, 145  
2790-467 QUEIJAS  
PORTUGAL

**Palmela Central Yard**  
Rua da Ponte, 2, Orvidais – Palmela  
2950-422 SETÚBAL  
PORTUGAL

for the following field of activities

Coordination and execution of civil construction and public works,  
particularly for coastal protection works, port, water, pipelines, concrete and  
metal structures and pile-driving in Portugal and Islands

has implemented and maintains a

**Occupational Health and Safety Management System**

Which fulfils the requirements of the following standard

**OHSAS 18001:2007**

Issued on: 2015-09-11

Validity date: 2018-09-10

Registration Number: PT- 2008/SST.0177



Michael Drechsel  
President of IQNet

José Leitão  
APCER CEO



(Any additional clarification concerning the scope of this certificate may be obtained by consulting APCER)

IQNet Partners\*:

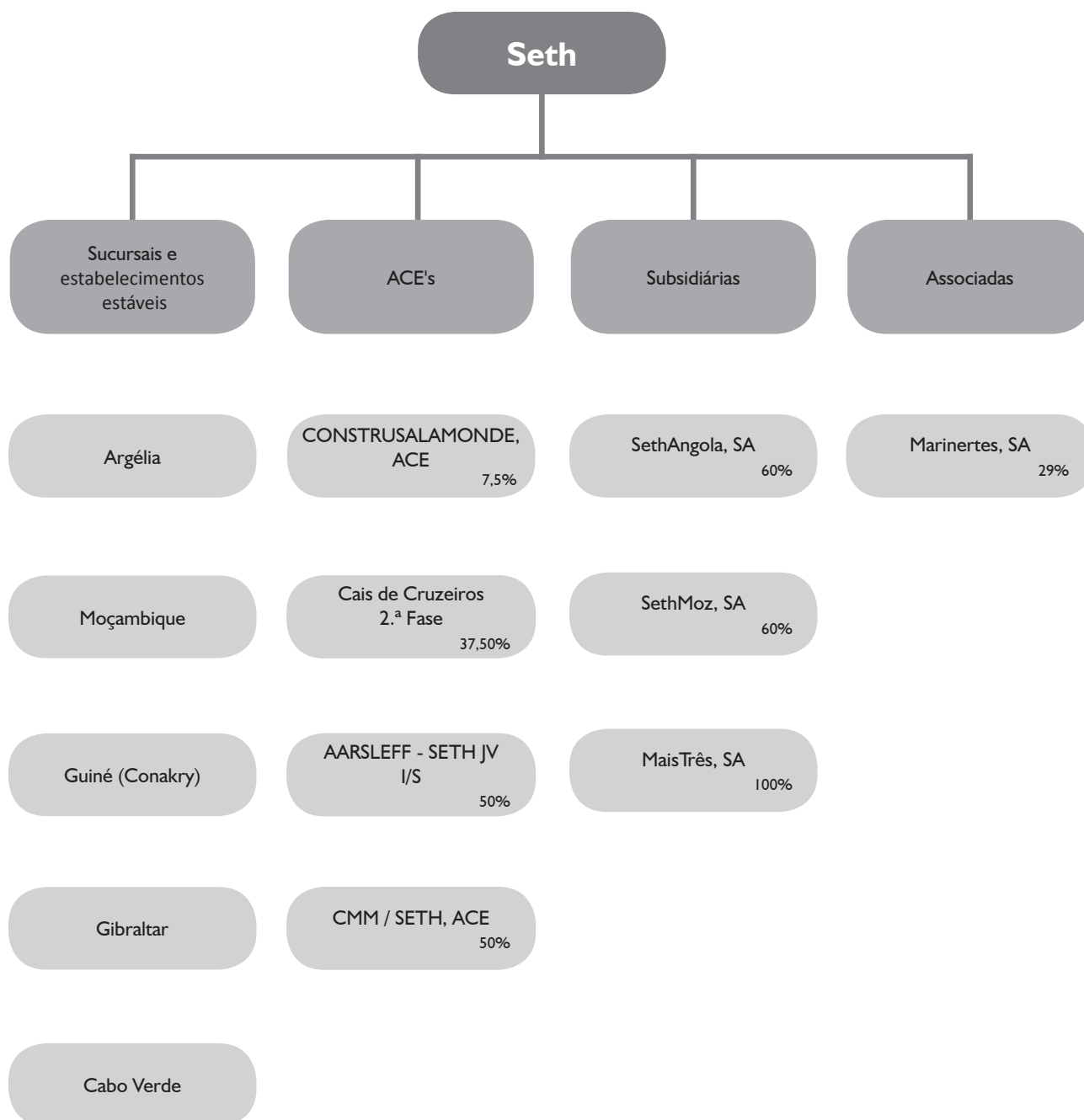
AENOR Spain, APQR Certification France, AIB-Vinçotte-International Belgium, ANCE-SIGE-Mexico APCER Portugal, CCC-Cyprus, CISQ Italy, CQC China, CQM China, CQS Czech Republic, Cro Cert Croatia, DQS Holding GmbH Germany, FCAV Brazil, FONDONORMA Venezuela, ICONTEC Colombia, IMC Mexico, Inspector Certification Finland, IRAM Argentina, JQA Japan, KPC Korea, MIRTEC Greece, MIST Hungary, Nemko AS Norway, NSAI Ireland, PCBC Poland, Quality Austria Austria, RK Russia, SII Israel, SIQ Slovenia, SIRIM QAS International Malaysia, SGS Switzerland, SRAC Romania, TEST St Petersburg Russia, TSE Turkey, YUQS Serbia, IQNet is represented in the USA by: APQR Certification, CISQ, DQS Holding GmbH and NSAI Inc.

\* The list of IQNet partners is valid at the time of issue of this certificate. Updated information is available under [www.iqnet-certification.com](http://www.iqnet-certification.com)













## **SETH – RELATÓRIO E CONTAS 2017**

### **Ficha Técnica**

Coordenação – Inácio Beirão

Textos – Seth

Tradução inglês – Peter Ingham + Seth (SM)

Designer/Paginação – Escala 3 – Publicidade e Artes Gráficas, Lda. (Aqualva-Cacém, Portugal)

Fotos da capa: Em cima.- Apartamentos turísticos, Reserva Quinta do Lago (Algarve, Portugal - 2017) / Em baixo – Cais para Exportação de Bauxite, Taresa Port (Guiné Conakry – 2017)

Paginação e pré-impressão – Escala 3 – Publicidade e Artes Gráficas, Lda. (Aqualva-Cacém, Portugal)





Avenida Tomás Ribeiro, 145  
2790-467 QUEIJAS – Portugal  
Tel.: +(351) 21 943 14 79  
Fax: +(351) 21 943 15 18  
[seth@seth.pt](mailto:seth@seth.pt)

ALVARÁ N.º 5  
NIPC 500 257 760

[www.seth.pt](http://www.seth.pt)

